

COVID 19

Alguns esclarecimentos aos Tomadores do Seguro / Segurados e Mediadores

Este documento destina-se a prestar informação, de ordem geral, sobre algumas das questões que têm estado a ser colocadas à COSEC. Não formaliza qualquer reconhecimento de responsabilidade em casos concretos, que deverão ser sempre submetidos à Companhia, nos termos e condições estabelecidos em cada Apólice.

Perguntas frequentes

1. O que é o Covid-19?

O novo coronavírus 2019 é agora designado por coronavírus-2 (SARS-CoV-2) (*“severe acute respiratory syndrome coronavirus-2”*), sendo a doença associada referida como COVID-19.

A Covid 19 pode causar doença respiratória com vários graus de severidade. Com origem na província de Hubei, na China, o vírus tem-se espalhado para várias outras localizações no mundo.

2. Consideramos a Covid 19 um desastre natural?

Com base na informação e conhecimento que temos atualmente, esta doença não deverá ser considerada como um desastre natural ou evento de força maior. A COSEC está, contudo, a acompanhar continuamente a situação e terá em atenção os desenvolvimentos que se verificarem.

3. Os desastres naturais podem ser cobertos pelo seguro de créditos?

As apólices globais de seguro de créditos cobrem apenas o atraso e a falta de pagamento por factos geradores de sinistro de natureza comercial, estando excluídos os atrasos ou faltas de pagamento causados por outros factos, designadamente de natureza política ou extraordinária.

Podem, contudo, ter sido contratadas coberturas contra riscos políticos e riscos extraordinários e a cobertura do risco na fase de fabrico, de natureza comercial ou também contra riscos políticos e riscos extraordinários.

Deverá sempre verificar atentamente qual é o âmbito da cobertura das suas apólices. Em caso de dúvida contacte o seu mediador ou o gestor da sua apólice.

4. A Covid-19 pode ser considerado como um evento de risco político?

A doença, em si, não deverá ser considerada como um evento de risco político, mas poderá dar lugar à aprovação de medidas legislativas restritivas que sejam enquadráveis como facto gerador de sinistro de natureza política.

Assim, se o Cliente devedor (entidade risco) estiver localizado no que pode ser definido como uma “zona de restrição” e tiverem sido adotadas medidas legislativas pelo governo, como por exemplo, restrições à circulação de mercadorias, moratórias, ou outras, pode haver lugar à verificação de um risco político. Contudo, esta verificação irá depender de detalhes específicos de cada contrato, da localização do Cliente devedor, da aplicabilidade das medidas governamentais adotadas e da relação entre a data da entrega e a data das medidas aprovadas.

5. O que é uma zona de restrição?

Estão a ser identificados casos de Covid-19 em vários países e atualmente os números ainda estão a aumentar. Muitos governos estão a adotar medidas que restringem o movimento de pessoas e mercadorias para ou de certas zonas. São estas zonas, que são objeto de medidas legislativas do governo, que são designadas como “zonas de restrição”.

Estas zonas não se confundem com as áreas que são impactadas, mas que não estão sob nenhuma medida governamental.

Recomendamos que os Tomadores do Seguro/Segurados façam verificações regulares quanto ao que deve, ou não, ser considerado como zona de restrição.

6. O Cliente devedor (entidade risco) do Tomador do Seguro/Segurado é um cliente de mercado interno localizado numa zona de restrição. O Tomador do Seguro/Segurado terá cobertura contra o risco de crédito se entregar as mercadorias?

O Tomador do Seguro/Segurado deverá sempre efetuar algumas verificações relativamente ao Cliente devedor (entidade risco) para confirmar que a empresa ainda está em atividade e que tem condições para receber a mercadoria que o Tomador do Seguro/Segurado pretende entregar. Adicionalmente, recomendamos que discuta com o Cliente/devedor como é que ele está a planear pagar, tendo em consideração a difícil e desafiante situação que atravessamos neste momento.

Se a entrega foi concluída nos termos e condições do contrato, antes da aplicação das medidas governamentais adotadas relativamente à zona de restrição, ou se puder ser concluída como contratado por não ser impactada por essas medidas, deverá manter-se a cobertura da operação, de acordo e nos termos e condições estabelecidos na Apólice. Mantendo-se a cobertura, poderá depois haver lugar a indemnização, em caso de não pagamento, se e quando causado por facto gerador de sinistro coberto (p.ex. mora ou insolvência do cliente) e desde que cumpridas todas as demais condições da Apólice.

O Tomador do Seguro/Segurado deverá confirmar o que se encontra especificado na respetiva Apólice.

7. O Tomador do Seguro/Segurado é um exportador e não conseguiu entregar as mercadorias.

Seja qual for o caso, o Tomador do Seguro/Segurado deverá começar por rever as condições da sua Apólice de Seguro de Créditos e verificar se tem ou não cobertura contra riscos políticos.

Não havendo entrega, não haverá cobertura por verificação de risco de crédito de natureza comercial.

Os riscos políticos, quando incluídos na Apólice, estão definidos nas condições especiais e particulares. Se o Cliente devedor (entidade risco) estiver localizado num país em que o Governo aprovou legislação restringindo o movimento das mercadorias devido à propagação do Covid-19, poderá haver lugar à ocorrência de um risco político, em certos cenários, dependendo do âmbito de cobertura definido em cada Apólice. Encontrará mais informação abaixo.

8. O Tomador do Seguro/Segurado está a exportar bens para um Cliente (entidade risco) localizado numa zona de restrição. Está coberto?

Comece por verificar se tem cobertura na sua Apólice contra riscos políticos na fase de crédito e na fase de fabrico.

Se a Apólice incluir a cobertura de riscos políticos, recomendamos que efetue as seguintes verificações:

- O Cliente (entidade risco) está localizado numa zona de restrição? (i.e. o Governo do país do Cliente (entidade risco) aprovou medidas restringindo o movimento das mercadorias ou serviços?)
- As mercadorias (os serviços) a entregar estão cobertas pelas medidas governamentais?
- Tendo presente o acordado entre o Tomador/Segurado e o seu Cliente, as mercadorias devem ser entregues?
- A restrição foi implementada depois da confirmação da encomenda firme e da tentativa de entrega das mercadorias?

Se o Tomador do Seguro/ Segurado não for capaz de concluir a entrega devido às medidas que estão a ser aplicadas, poderá haver lugar à verificação de um risco político desde que cumpridos todos os demais termos e condições da Apólice. Note bem que não haverá cobertura, nestas situações, quando o Tomador do Seguro/Segurado aceita um contrato novo depois da aplicação das medidas restritivas do Governo.

Se o Tomador do Seguro/Segurado não tiver cobertura contra riscos políticos, para que a cobertura se mantenha, considerados todos os termos e condições da Apólice, será necessário que as mercadorias sejam entregues como contratado e de acordo com os termos e condições da Apólice. Poderá depois haver lugar a indemnização, em caso de não pagamento, se e quando causado por facto gerador de sinistro coberto (p.ex. mora ou insolvência do cliente) e desde que cumpridas todas as demais condições da Apólice.

9. O Tomador do Seguro/Segurado está a tentar efetuar uma entrega a um Cliente (entidade risco) localizado numa zona afetada que não é uma zona de restrição.

Quando não há medidas governamentais cobrindo a zona em causa, não se verificará o risco político.

Se a entrega for concluída, de acordo com o estabelecido no contrato, antes da aplicação de medidas governamentais então, desde que cumpridos todos os demais termos e condições da Apólice, poderá haver cobertura contra os riscos de crédito de natureza comercial incluídos na Apólice, designadamente mora e insolvência. Mantendo-se a cobertura, poderá depois haver lugar a indemnização, em caso de não pagamento, se e quando causado por facto gerador de sinistro coberto (p.ex. mora ou insolvência do cliente) e desde que cumpridas todas as demais condições da Apólice.

10. O Tomador do Seguro/Segurado tentou, mas não conseguiu, entregar as mercadorias. Que deve fazer?

Para que possa haver cobertura pelo seguro de créditos ao abrigo de algum dos cenários previamente indicados, o Tomador do Seguro/Segurado **deverá sempre adotar as diligências adequadas para reduzir os prejuízos. Uma das possibilidades será a de tentar encontrar um Cliente alternativo para os bens em causa, se for possível.**

Se for apresentada uma ameaça de sinistro por verificação de risco político, como descrito acima, a Seguradora espera que o Tomador do Seguro/Segurado adote medidas de mitigação do risco durante o prazo constitutivo do sinistro aplicável, segundo o estipulado na Apólice. A responsabilidade da Seguradora estará limitada à parte coberta da diferença entre o prejuízo decorrente da falha do Cliente devedor original e o valor de revenda do produto que o Tomador do Seguro/Segurado tenha conseguido obter.

11. Nesta fase, vamos derrogar algumas regras previstas nas Apólices?

As regras incluídas nas Apólices mantêm-se em vigor e é importante para o bom funcionamento do seguro que sejam cumpridas todas as obrigações do Tomador do Seguro/Segurado e da Companhia. Foram, contudo, adotadas algumas medidas para apoiar os Tomadores do Seguro/Segurados que identificamos adiante.

É especialmente importante que os Tomadores do Seguro/Segurados **mantenham a apresentação à COSEC de todos os pedidos de prorrogação que necessitam do acordo prévio da Companhia.** Tenhamos presente que, mesmo que a prorrogação tenha na sua origem o facto do Cliente estar localizado em zona de restrição e de existirem medidas governamentais que dificultem ou impeçam o cumprimento, ou outra situação que possa vir a ser considerada como de força maior, ela deverá ser submetida à COSEC. Se igual forma, a possibilidade de vir a ser acordado um plano de pagamento com o Cliente (entidade risco) não obsta a que seja previamente obtido o acordo da COSEC para eventuais prorrogações, de acordo com o estabelecido na Apólice.

Mantém-se também a regra segundo a qual, no caso da COSEC anular, por sua decisão, um limite de crédito relativo a um Cliente, o **Tomador do Seguro/Segurado deverá submeter ao acordo prévio da COSEC toda e qualquer prorrogação do crédito que deva ocorrer após a data efeito da anulação.**

12. A COSEC está a implementar medidas com vista a limitar a sua subscrição de risco?

A situação económica atual está a mudar de dia para dia. Temos equipas que estão a monitorizar continuamente esta evolução, permitindo que a COSEC identifique e adote as medidas de subscrição do risco mais ajustadas em face da situação. As decisões estão a ser cuidadosamente ponderadas por forma a prestar aos tomadores o melhor serviço na identificação dos riscos, disponibilizando informação que enquadre adequadamente as novas vendas a crédito.

Os Tomadores do Seguro/Segurados devem sempre tentar mitigar os seus potenciais prejuízos e, em qualquer circunstância, atuar com cuidado e prudência, como se não tivessem seguro.

Este dever de cuidado e prudência exige, entre outras coisas, que os Tomadores do Seguro/Segurados contactem os seus Clientes (entidades risco), sempre que possível, para avaliação da situação antes de prosseguirem com a entrega dos bens.

Medidas tomadas pela COSEC para apoiar os seus Clientes

Tendo presente que as empresas podem enfrentar dificuldades para assegurar o cumprimento atempado de algumas das suas obrigações, a COSEC aprovou algumas medidas, de caráter temporário, para assegurar o bom funcionamento do seguro, otimizando os seus efeitos na atividade dos Tomadores do Seguro/Segurados.

As **medidas temporárias** seguidamente identificadas **serão aplicadas até ao final do mês de Abril**, podendo ser prorrogadas.

- Vamos **acelerar o pagamento das indemnizações, de valor até €50.000,00**, efetivando-o antes do decurso do prazo de 30 dias previsto na Apólice, desde que o sinistro tenha sido participado e a COSEC esteja na posse de toda a informação/documentação necessária
- Mantêm-se as regras relativas às prorrogações, mas a COSEC **vai isentar do pagamento de custos todas as comunicações de prorrogações feitas via COSECnet**
- **Não serão objeto da aplicação de penalidade** as Comunicações de Ameaça de sinistro que sejam apresentadas com atraso não superior a **30 dias**
- Temporariamente, serão **flexibilizados alguns procedimentos**, aceitando-se documentos enviados por via eletrónica (comprovativos de entrega de bens, Avisos de pagamento de Indemnização) para efeitos do seguro – os documentos originais, assinados, deverão ficar na posse das empresas e a COSEC poderá, posteriormente, vir a solicitar a sua apresentação
- Caso se mostre necessário, o prazo limite para apresentação da participação do sinistro resultante do disposto no n.º 1 do artigo 3.º das CGA, será excecionalmente prorrogado.
- O prazo para a **apresentação das declarações de vendas pelos Tomadores do Seguro/Segurados é prorrogado por 30 dias**

Este documento foi preparado para esclarecimento de algumas questões que têm estado a ser colocadas e será atualizado regularmente.

Não implica o reconhecimento de responsabilidade em casos concretos, que deverão ser submetidos à COSEC de acordo com o estipulado nas respetivas Apólices.

Os Tomadores do Seguro devem contactar os gestores das suas Apólices que estarão em condições de responder a questões específicas.